

PAINEL IV

CONJUNTURA ECONÔMICA

COORDENAÇÃO DA MESA

Presidente:

Antônio Maria da Silveira, presidente da Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia - ANPEC.

Expositor:

Luís Paulo Rosenberg, consultor e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

Debatedores:

Ciro Ferreira Gomes, ex-ministro da Fazenda, Fernando Holanda Barbosa, professor do curso de pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, e Senador Waldeck Ornellas.

Antônio Maria da Silveira

Há 20 anos, iniciava seu mandato na ANPEC o professor Luís Paulo Rosenberg, que sucedeu ao professor Paulo Haddad, vindo então uma longa sequência de colegas que construíram a ANPEC. É uma satisfação muito grande dar a palavra ao meu grande predecessor, professor Luís Paulo Rosenberg.

Luís Paulo Rosenberg

Nos breves 20 minutos que me alocaram, tentarei, em primeiro lugar, traçar um quadro da conjuntura atual e, em cima desses dados, fazer uma avaliação da qualidade da política econômica que está sendo aplicada e algumas projeções. Gostaria de começar olhando contas externas e, em seguida, a atividade econômica.

Na parte das exportações - pegando exportações por fator agregado, no período 93, 94, 95 e 96, este último de janeiro a junho - o que se observa é o seguinte: o comportamento de todos os itens, à exceção de semimanufaturados, tem sido bastante razoável, mesmo com o número de junho, que ficou aquém da expectativa, ocasionado por problemas de greves, problemas de dias úteis etc. O que nós observamos é que há um crescimento claro de manufaturados e os básicos com recuperação de preços. Dificilmente alguém identificaria aqui exportações em colapso. Basta ver que o melhor período janeiro-junho da história do Brasil é o desse ano. Então, a questão de atraso cambial, que se fala com tanta naturalidade, fica um pouco questionada por essa evidência: exportação crescendo 7% ao ano, que é como ela se encontra, com todos os percalços - se você fizesse uma correção por atraso em Paranaguá, por greve no porto de Santos, esse resultado poderia ser melhor. Penso que é um comportamento nada assustador e, pelo contrário, rejeita a tese de que exportador brasileiro esteja na situação periclitante que se afirma.

Vamos olhar o outro lado, as importações, e colocar um pouco de luz sobre esse debate. É muito discutido o problema de bens de consumo e principalmente de automóveis. Paremos um pouco e olhemos o que é que nós estamos falando: importação brasileira é insumos; eles representam 50% da importação brasileira. E o que observamos com relação a isso? Todos os itens estão, em 96, abaixo quase 10% do que se encontravam em 95. Há queda de bens de capital, apesar do desempenho bonito em junho; as nossas matérias-primas estão em queda; os combustíveis estão praticamente estáveis - em abril

nós tivemos uma importação excessiva, extraordinária, da Petrobrás; o setor de automóveis, depois da política protecionista paulista ou mineira, se encontra absolutamente derrubado; e bens de consumo continuam tendo um comportamento mais... vocês vêem, estão falando aqui de 7 bilhões de importações ao ano.

Pegando o saldo comercial decorrente dessa análise, o que se observa é que, depois do erro da política cambial, quando o dólar chegou até a R\$ 0,82, houve a recuperação do saldo e esse saldo basicamente está se situando aí entre 2 bilhões e zero, com destaque apenas para o último mês, o de junho, que foi realmente uma surpresa desagradável, mesmo assim, sinalizando para o restante do ano algo como zero a 500 milhões de saldo comercial. Portanto, é difícil entender alguém falar em ameaça de crise mexicana num país que tem esse desempenho, está recebendo perto de 7 a 8 bilhões de dólares de investimento externo e que tem uma conta de 12 a 13 bilhões para pagar. Com 60 bilhões de dólares de reservas, o Brasil está numa posição das mais confortáveis em relação às contas externas.

Com relação à atividade econômica, já há opiniões de que o programa pode fracassar por causa da recuperação econômica acelerada. São os eternos abatedores de bolhas de consumo. Olha o que é essa recuperação de atividade: o desemprego no Brasil, depois de bater níveis recordes só comparáveis ao período Collor, teve uma queda e as falências continuam crescendo. O que está acontecendo é o óbvio, o previsível: se está havendo crescimento de consumo via baixa renda - felizmente as classes menos favorecidas ainda estão conseguindo ganhos reais de salários -, o investimento direto continua sendo positivo (comparem esse número de 7 bilhões de investimento estrangeiro com o de três anos atrás, algo perto de 1,5 bilhão) e exportação, com seus 7% positivos, traz uma contribuição favorável. Ou seja, todos os itens do PIB sofrem alguma contribuição no cenário de recuperação e é isso que nós estamos vendo.

Fazendo uma previsão para a atividade industrial, projetada em cima de indicadores de antecedentes, pelo comportamento demonstrado pelas variáveis que sinalizam para onde vai a atividade econômica, podemos imaginar terminar o ano com uma taxa de crescimento de 12 meses, para a produção industrial, batendo em zero. Quer dizer, não tem nada de assustador, nada de notável nessa atividade.

E de inflação, o que nós temos a dizer? Penso que nunca sofreu nenhum reverterio o processo de queda de inflação, desde que o plano foi estabeleci-

do. A surpresa até foi positiva, pois a rapidez com que nos livramos da mentalidade indexatória foi mais rápida do que se previa. Tenho aqui a análise do primeiro, do segundo e do último ano do real, em que foquei mais o período abril-junho para mostrar o seguinte: a taxa anual já despencou dos 35 do primeiro ano, para hoje, anualizado, alguma coisa perto de 18, e em trajetória de queda.

Os importáveis são os itens mais bem comportados de todos (a taxa de câmbio faz aqui a mágica da ancoragem): 20% no primeiro ano, 5% no segundo e agora um pouco mais acelerado, de 13 a 14%, ainda, digamos, repondo os efeitos da recuperação cambial. Se não tivesse havido essa distorção cambial, as taxas teriam se comportado maravilhosamente bem, aí em torno de 8 a 10% o tempo todo. Isso aqui está praticamente amarrado no câmbio. Aluguel é o grande vilão do plano, com uma taxa de 210% no primeiro ano, 80% no segundo, 40% no terceiro, e em queda. Ainda muito alto, mas mostrando aquela patologia de plano de estabilização. Serviços, sem aluguéis, já entraram no ritmo. E, obviamente, o vilão dos preços públicos: no programa de estabilização, os preços públicos, em 96 e no segundo ano todo do real, têm-se situado na taxa de mais de 30% ao ano. Quer dizer, se tem um sabotador do plano real nesse quadro todo, é o governo; não é o dono do imóvel, que se aproveitou e está devolvendo. O que está se fazendo com política de preços públicos é o principal fator de inflação no momento atual. Aqui não estou falando só de governo federal, mas estou pegando desde a telefonia e energia elétrica, o pedágio estadual, as taxas de água, o transporte urbano dos prefeitos.

É um quadro animador? É extremamente auspicioso. É um quadro em que temos contas externas sob controle, uma reativação de atividade econômica e inflação em queda. Para mim, é o quadro que justifica parar de falar em Plano Real - chega de Plano Real - e vamos discutir, daqui para a frente, qualidade de política macroeconômica, que é disso que se trata. Nota dez, então, para o Plano Real e sua pilotagem? Obviamente não. Penso que, pelo contrário, está havendo uma distorção, uma fuga da concepção original do plano extremamente perigosa.

Se pegarmos esse período mais recente, nós passamos pelo menos pela prática de sete pecados capitais. O mais grave de todos é a taxa de juros. É inadmissível que se tenha praticado taxa de juros no nível que se praticou no Brasil. Se tivéssemos seguido um padrão mais lógico, já estaríamos tranquilamente como a Argentina, em prática de juros pré-fixados. Não, comete-se

uma série de distorção, e a taxa de juros é que vai ser a responsável pela correção disso.

O segundo pecado capital é ainda monetário: não ter alongado prazos. Como o governo pratica taxas de juros muito altas, corretamente tenta não colocar títulos de longo prazo. Com isso, entretanto, não permite também ao setor privado alongar prazos; e não alongando prazos, ficamos nessa dificuldade essencial que é o que nós estamos discutindo ao falar em crescimento e programas de investimento.

Nessa mesma área, criou-se uma distorção inacreditável na política monetária que acaba sendo danosa ao pequeno empresário, que tem que pagar a taxa de juros determinada pelo *overnight*. O grande empresário e a multinacional captam lá fora e ainda conseguem fazer investimentos em taxas toleráveis. Resultado: concentração industrial como nunca se viu. Se pegarmos os números comparando o desempenho entre pequena e média empresa com a grande, é um genocídio o que se praticou em cima da política monetária.

Há ainda outras questões: o tratamento dado ao câmbio - deixar escorregar até 0,8 e depois deixar deslizando como se a moeda brasileira fosse intrinsecamente podre, a exigir desvalorizações mensais; o desarranjo fiscal que se fez no ano passado - num ano em que a receita cresce 30%, o governo consegue fazer o déficit público crescer 6% do PIB; e por aí vai: a política de preços públicos, já comentamos, é um desastre total! Como é que pode um governo que pilota um plano de estabilização sair atrás de arrecadação desse jeito? O descaso pelo custo Brasil é algo notável e a CPMF talvez seja a evidência mais recente dessa realidade.

Enfim, não dá para se afirmar que a prática da política macroeconômica foi contra o Plano Real, não é isso. Com essa taxa de juros, dificilmente vamos encontrar repique inflacionário. A crítica básica é esta: para o mesmo resultado, o custo poderia ter sido muito mais baixo. Ou: uma utilização mais racional dos instrumentos poderia ter-nos levado a uma combinação de mais crescimento com menos inflação, dispensando as distorções que foram introduzidas e cujo custo ainda vamos ter que carregar.

Vou deixar essas considerações mais para o debate e colocar aqui algumas projeções. Penso que vamos fechar um quadro econômico em 96 bastante palatável, alguma coisa como crescimento de PIB de 2,1%, crescimento da agricultura muito baixo (o setor está bem melhor do que no ano passado mas pelo efeito preço), da indústria não mais do que 1,5% e no setor de serviços

3%. Em balança comercial, a expectativa é de um saldo entre 0 e 1 positivo, com cinquenta bilhões de exportações (basta que ela mantenha o ritmo atual) e importações de 49 bilhões; as reservas deverão chegar no final do ano perto de 65 bilhões; a inflação, na FIPE, em cerca de 3,5%, algo por onde devem andar os índices de preço ao consumidor; o IPA, de produtos industrializados, em 4% (aqui talvez possamos ver por que, mesmo com todo o argumento de atraso cambial, o desempenho da exportação continua sendo saudável - é um número relevante para um exportador); juros acumulados no final do ano em 27% e taxa de câmbio não ultrapassando 1,04%.

Isso permite - se o governo mantiver o compromisso com a estabilidade e conseguir superar os problemas aqui levantados - uma trajetória para o resto do século que, comparada com outros planos bem sucedidos de combate à inflação, seria considerada de medíocre para baixo. Mas ainda assim, para quem lembra o que era o Brasil de 5 ou 6 anos atrás, será um resultado espetacular: inflação caindo de 8 para 4%; preços industriais no atacado praticamente zerados; desvalorização cambial se aproximando de zero; crescimento do PIB; saldo comercial passando de déficit para um ligeiro superávit; investimentos estrangeiros em ascensão; juros domésticos de 10% para 25%; e o déficit público passando de -2 para 6%.

Como podemos avaliar o significado disso em termos de perspectiva macro? Quando se compara com um programa tipo Argentina, tipo Bolívia - países que realmente resolveram enfrentar a inflação, e resolver o problema -, é lamentável. Essa idéia de que pouca inflação é algo razoável, tolerável, eu vejo como uma ameaça, um desastre. É a irmã gêmea da tese de que inflação e crescimento caminham juntos, quando a evidência recente é muito diferente. Causa irritação e desânimo ver ministros da área econômica brigando no Senado, defendendo propostas como a CPMF. Vemos o grande projeto brasileiro, que é a busca de estabilidade, sendo torpedeado pelo próprio governo. E o Legislativo brasileiro tem-se demonstrado sempre muito dócil a iniciativas de governantes que vão para o ataque. É só ver a história recente.

Mas não há como deixar de experimentar uma sensação de euforia. Nós sabemos, estamos vendo agora, o que é o problema inflação/baixa renda. Nós estamos vendo o erro palmar que a esquerda cometeu por jamais perceber a demanda que existia na classe baixa por estabilidade. Por que? Porque só ela é capaz de propiciar crescimento de 30% no consumo de alimentos, num ano. É tão saudável, tão promissor, termo-nos livrado desse mal, e disso estou absolutamente convencido: para mim, a probabilidade de um repique inflacionário, *à la* Sarney, é zero. Não existe esse quadro. Nós estamos discutindo é

com que combinação de inflação e recessão nós vamos estar trabalhando. Mas é abaixo de 20%, tranquilamente.

O padrão ético com o que se toca a coisa pública mudou radicalmente, é outro jogo. Você hoje pode criticar, pode ser a favor, ou ser contra o governo Fernando Henrique. Mas, qualquer um de nós consegue se identificar: esse governo é a minha cara, é assim que eu imaginava um dia o país sendo pilotado e administrado. Mudou muito! Se pegarmos o Brasil do final da década passada e compararmos com o que temos hoje, poderemos até xingar, nos irritarmos com os desperdícios, mas vamos notar que, apesar de não irmos em linha reta, apesar de se cometerem desatinos, pelo menos estamos como um rio: vai por meandros, vai por linhas de menor resistência, anda mais do que devia, mas chega lá! Bem diferente do Brasil que nós tínhamos até 90, onde o que nós tentávamos fazer era o rio subir a cachoeira. Muito obrigado, estou às ordens.

Antônio Maria

Passo a palavra, ao ex-ministro Ciro Gomes, para o debate.

Ciro Gomes

Vou começar provocando. Não era bem esse o governo que eu esperava que nós tivéssemos, e olhe que eu me esforcei bastante para ajudar a construí-lo. Nós, brasileiros, temos sido induzidos a nos debruçar sobre a conjuntura, com quase 100% da nossa inteligência, da nossa energia, das nossas iniciativas. A conjuntura tem sido tudo para nós, inclusive tema desse debate. O estrutural, praticamente nada! E quero crer que a baixíssima ênfase dada a essa concepção de que a estrutura deveria ter a reflexão maior, a energia maior, o esforço maior, da inteligência nacional, ao invés da ação reativa aos problemas de conjuntura, é que me faz ter uma opinião parecida, vamos dizer, no esqueleto, com a do nosso ilustre palestrante, mas de conclusões um pouco mais centradas no negativo do que no positivo.

A meu juízo, não há mesmo nenhuma ameaça a curto prazo ou a curtíssimo prazo - eu visualizaria julho de 97, por uma razão bem objetiva -, e não vejo nenhum risco provável de que se fuja desse itinerário, que eu tenho chamado de pêndulo perverso - um bocado de arrocho aqui, com inflação baixa, um pouco de concessões ali, com inflação nada dramática, mas tendente a

subir -, nem para o mal nem para o bem. Julho de 97 é só um símbolo, pois coincide com uma data muito importante, que é o fim do novo período da contribuição chamada no passado de Fundo Social de Emergência e agora de Fundo de Estabilização Social^{*}, que nunca foi fundo social de emergência, nem sequer de estabilização. É na verdade, em função de um problema estrutural do país, um arranjo errado entre rendas públicas e repartição de atribuições entre as hierarquias da Federação.

Para o problema estrutural, as soluções são empurradas com a barriga, como a volta da CPMF. Afrontando toda a concepção técnica, toda a necessidade de se afirmar uma cultura não inflacionária, recria-se um imposto errado tecnicamente, que pressiona as taxas de inflação, que desestimula o esforço no comércio exterior, na exportação, e que é provisório - está aí por treze meses -, para financiar um problema definitivo, que é o problema da saúde.

Então todas as soluções são essas: Fundo Social de Emergência, acaba em julho de 97^{**}; a CPMF, que teria a função de financiar a maior das despesas correntes da União, que não vai mudar mas tende a se agravar, é também uma solução de treze meses. E isso é bem paradigmático do que é a minha preocupação básica.

Quando o Plano Real estava sendo delineado, eu, nas primeiras oportunidades, participei como animador político. Juntos, eu, Tasso Jereissati, Mário Covas, José Serra, fizemos uma animação política com nossos técnicos, os economistas do PSDB, que vinham se reunindo sistematicamente conosco para compreender a conjuntura econômica, formular idéias etc, no intuito de que, lá pelo ano 2002, o PSDB atingiria o poder e nós deveríamos então estar preparados para fazer alguma coisa. A história brasileira atropelou-se, o atual presidente, então ministro Fernando Henrique, foi demovido do céu onde estava, a Chancelaria que ele adorava, para ser o Ministro da Fazenda, e a partir daí tivemos que pôr em prática, ainda mal cozidas, idéias de estabilização que nós - os técnicos e esse pequeno núcleo que animava a cúpula do PSDB - ainda estávamos refletindo sobre elas.

A idéia era muito clara, muito simples e tinha algumas premissas. O problema da inflação brasileira não tinha solução séria, estrutural, definitiva, com

^{*} O Fundo Social de Emergência, a partir do exercício financeiro de 1996, passou a se chamar Fundo de Estabilização Fiscal.

^{**} O Fundo Social de Emergência vigorará até 30 de junho de 1997, conforme a Emenda Constitucional nº 10, de 4 de março de 1996.

essa equação política do tempo. Essa era a primeira constatação. Por que? Porque o presidente que estava lá era um vice-presidente não eleito, sem maioria no Congresso e sem filiação partidária. O Congresso, ele mesmo, estava com a legitimidade surrada, no chão, pelo escândalo do orçamento e outros. Então não havia como se fazer algo estrutural que combatesse a raiz central do processo superinflacionário brasileiro, que, todos sabemos, está vinculado ao desarranjo das contas públicas brasileiras. Todos estávamos ou deveríamos estar cansados de saber que a razão central da inflação brasileira era o desequilíbrio definitivo, fundo, e em processo de agravamento das contas públicas do país. Mas também não queríamos fazer um arranjo daqueles safados - tipo congelamento de preços etc -, apenas para vigir por quatro meses, enquanto chegava o calendário eleitoral.

Resulta daí a engenharia do Real, que é levantar a taxa de juros o mais alto possível para cumprir três tarefas. É muito bom rememorar isso agora e vou colocá-las em ordem de acordo com minha lembrança, mas cada uma delas assumiu uma importância relativa conforme a conjuntura.

Tarefa número um: conter a demanda, restringindo o consumo no limite máximo para que as pessoas pudessem trabalhar ou consumir apenas o limite de sua renda *strictu sensu*, ou quebrar a demanda agregada, como dizem os economistas - o que eu ainda não tive o privilégio de ser.

Segunda tarefa: manejar o processo de dívida interna, o crédito interno, a dívida mobiliária interna, que é, como sabem, um dos mais graves problemas brasileiros - darei os números em seguida - e é talvez a razão mais forte, mais eloquente para que eu não partilhe de nenhum otimismo com as coisas, se elas continuarem no itinerário que estão. Mas eu sempre acredito que possam mudar.

Terceira tarefa, e essa é substantiva na partida: arbitrar juros num grande leilão para atrair os capitais externos onde quer que estivessem, a qualquer preço, para conformar níveis altíssimos de reserva e então anunciar reservas cambiais e uma moeda conversível ao par. E isso não é fetiche, como depois o presidente Fernando Henrique quis dizer, e na lei que criou o Real, anunciou-se a conversibilidade ao par do dólar com a nova moeda. Só que o problema estrutural não tinha sido resolvido, e aí está o que não foi confessado jamais, nem mesmo nos ambientes mais restritos: é que o Banco Central, detendo o monopólio do câmbio, poderia, mediante um jogo cambial, fazer com que a emissão monetária restrita do Real se inundasse - por conjuntura do mercado brasileiro, seja pelas taxas de juros, seja pela manipulação do Banco Central -

com tal volume de dólares que o Real se apreciaria frente ao dólar. Isso criava um desconto no preço dos importados, que, casado com a abertura abrupta do comércio, daria um absoluto choque a impedir qualquer brincadeira de alta de preços industriais. O professor mostrou isso nos quadros. Os *non-tradeables* - serviços, aluguéis etc. - explodiram por uma única razão: porque não estavam alcançáveis por essa estratégia que centrou o seu alvo nos preços industriais, que permanecem, salvo exceções, exceções pela prática clientelista, contraditória e inexplicável, de volta a taxas exorbitantes de proteção. Por exemplo, em quatro meses em que fui ministro da Fazenda, os preços dos automóveis brasileiros caíram 16% em média. Dois anos depois - não faz nem tudo isso que eu estou fora - os preços dos automóveis brasileiros subiram 50%, sem nenhum choque de custo que tivesse qualquer relevância. Isso - e eu vou terminar porque me resta apenas um minuto - nos põe numa conjuntura em que, para mim, estamos amarrados ao que tenho chamado de pêndulo perverso. O Brasil, com esta engenharia, conseguiu e vai manter os preços estáveis. Mas, por detrás das coisas, dos bastidores do processo macroeconômico brasileiro, a situação patrimonial do país está pagando um preço insuportável, na tendência.

De Pedro Álvares Cabral a Itamar Franco, o pacote de dívidas do setor público brasileiro federal era de 61 bilhões de dólares. Nos 18 meses do governo Fernando Henrique, essa dívida explodiu para 148 bilhões de reais, e o pior, vencendo toda em quatro meses. Esses 148 bilhões vencem em 4 meses, porque o máximo de elasticidade no prazo que o Governo Federal tem conseguido no lançamento de seus títulos é de 56 dias. Essa situação, batida com o valor dos nossos ativos, demonstra que está escapando da mão do Brasil - talvez um dos únicos países do mundo pobre que tinha uma solução, e ainda tem, em parte - uma solução estrutural para o seu problema patrimonial, que é a privatização versus abatimento da dívida. Se nós vendêssemos Telebrás, Vale do Rio Doce e Eletrobrás, há 18 meses atrás, poderíamos pensar em abater 60% da dívida brasileira. Isto apenas em tese, para figurarmos a situação patrimonial. Hoje, não abateremos nem 30%; amanhã, com esta tendência, basta mais 18 meses, nós não abateremos nem 12%. E aí terá escapado da mão do Brasil uma solução estrutural para o seu problema.

Por isto é que não vai cair a taxa de juros, o que quer dizer que a nível de atividade econômica vão ficar irrisórios os 2%, compensados por uma alta no setor de serviços; o produto industrial brasileiro está estagnado; a participação relativa dos manufaturados brasileiros na pauta de exportação é decadente, o que quer dizer um valor agregado menor. Esse desastre não foi mais esclarecido porque houve uma alta no preço das *commodities* e nós conseguimos

algum fôlego no valor agregado das exportações como foi demonstrado. Eu aguardo o debate para complementar outros argumentos que me fazem hoje uma pessoa confiante de que o Brasil não tem nada para estrangular, nem parece que vamos perder o controle. Há um imenso mérito, com certeza, em manejar taxa de inflação baixa; isso é um valor extraordinário, especialmente para o povo mais pobre. Mas se nós queremos sustentar esse espaço ganho e projetar o que de fato interessa, que é uma quadra de estabilidade com desenvolvimento, incrementando a renda da população, certamente nada disso que está aí nos garante que teremos isso em qualquer perspectiva. Muito obrigado.

Antônio Maria

Senador Waldeck Ornellas, com a palavra.

Waldeck Ornellas

Creio que o nosso palestrante demonstrou um quadro de normalidade no comportamento da nossa economia, nos dados que apresentou dos últimos dois anos e meio, e na sua projeção até o ano 2000. Sem dúvida alguma que, no que diz respeito ao setor fiscal, já foram incorporados todos aqueles impactos que a Constituição de 88 criou. Dessa forma, creio que nós não deveremos ter maiores impactos, sobretudo pelo lado da despesa, salvo no que diz respeito à despesa fiscal e à questão do setor de saúde.

Sem embargo, prefiro, ao invés de entrar nos indicadores, levar o assunto no sentido do que o ex-ministro Ciro Gomes colocou: de não ficarmos no curto prazo e nos preocuparmos em retomar uma perspectiva mais longa. E nessa perspectiva, procurar sobretudo nos perguntarmos que cenário se desenha para o Nordeste nesse particular, já que estamos aqui comemorando o aniversário do Banco do Nordeste.

Devo, a esse respeito, dizer que o meu sentimento é de preocupação. Preocupação porque ainda agora acabamos de ser desclassificados. Com a publicação do relatório do PNUD, nós saímos do segundo Brasil para o terceiro Brasil, uma vez que se refinou a análise e os brasis agora são três. E o Nordeste, de qualquer modo, qualquer que seja o critério, qualquer que seja a metodologia, quaisquer que sejam os indicadores, está sempre na pior situação. Se houvesse um outro seccionamento, uma outra subdivisão, nós estaríamos sempre na pior posição. Essa é a preocupação maior que tenho.

É evidente que, concentrando metade da pobreza nacional, com a estabilização econômica, as camadas de baixa renda tenham se beneficiado. Isto, de alguma maneira, nos beneficia, embora nós tenhamos particularmente uma parcela muito grande de população abaixo da linha de pobreza e fora do mercado formal de trabalho, fora da economia formal.

Ora, eu creio que há necessidade imperiosa de que se formulem políticas, de que se formulem definições, a nível de investimentos públicos e privados, voltados para se criar uma condição de equilíbrio e de equanimidade no desenvolvimento nacional. Por isso, quero chamar à atenção que chegamos à globalização inteiramente despreparados. Quer dizer: à medida que o Brasil assume, cada vez mais, compromissos de equalizar as suas regras internas com outros países, particularmente no âmbito do MERCOSUL, nós não conseguimos ultrapassar a questão da heterogeneidade do desenvolvimento e com isso se põe em risco a própria unidade nacional. E vejam que não somos nós, nordestinos, os secessionistas nessa questão. Nós estamos vendo, ainda agora, nesses dias, o estado de São Paulo adotando uma política de incentivos fiscais completamente insana, completamente provinciana, completamente egoísta, e a velha, a antiga locomotiva da economia nacional, que até há pouco se queixava de puxar vagões vazios, que era a manifestação com que se anunciava o desequilíbrio nacional, hoje vem na contramão, atropelando toda a Federação, e não apenas o Nordeste, mas até mesmo os estados do Sul - Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul - que, no contexto do MERCOSUL, teriam uma grande possibilidade de alavancagem do seu desenvolvimento.

Somente a União pode efetivamente restabelecer e criar mecanismos de competição salutar entre os Estados. Neste sentido, entendo que o Senado deva avocar a si a definição. Ele, que faz as alíquotas máximas e mínimas do ICMS, que estabelece a alíquota interestadual, deve também ter a competência e o encargo de definir e de pôr limites a essa questão da política de incentivos.

Se a economia espontaneamente já se concentra, não faz sentido, e não podemos admitir nem aceitar, que quem concentra espontaneamente venha criar ainda estímulos que neutralizam não apenas os esforços da pobre Paraíba, o último estado no *ranking* nacional do índice de desenvolvimento humano, mas até mesmo os esforços que Minas Gerais e Rio de Janeiro vêm fazendo no sentido de captar fatias dessa expansão da economia nacional e dos investimentos externos, que chegam a 7 bilhões, como aqui foi dito.

De modo que é preciso que se reponha esse debate nacional, a questão da correção dos desequilíbrios, porque, caso contrário, nós teremos o Nordeste visto pelo Sul, cada vez mais, como um peso para o País e, por conseguinte, uma parcela descartável, quem sabe, do território nacional.

A nossa única forma de reação diante desse quadro - uma reação silenciosa, mas uma reação trágica - é reativar o processo de migrações, o fluxo migratório novamente, para esse Sul que já não é mais maravilha, mas que arca com elevados custos, com elevadas deseconomias em todos os sentidos, e com uma qualidade de vida que não é das mais agradáveis.

Ora senhores, eu creio que é preciso aproveitar as oportunidades que se manifestam. Perdemos a oportunidade, sim, de fazer algo em favor da desconcentração da economia nacional, quando da medida provisória da definição do regime automotivo. Temos agora, fala-se aí com cada vez mais insistência, um segundo setor de investimentos importantes, que é o setor de papel e celulose. Entendo que, sem prejuízo da expansão dos projetos em operação nas outras regiões, o governo deveria fixar que só se beneficiariam desses novos incentivos os novos projetos, desde que se localizassem nas regiões Norte e Nordeste. E diria até que não estaria fazendo nenhum favor, porque se prevê ou se estima um crescimento de 1,5 milhão para 3 milhões de hectares reforestados no País para atender à produção de papel e celulose; e não há, efetivamente, disponibilidade dessas áreas na região Sul e Sudeste, pelo menos a preços compatíveis, inclusive face ao valor da terra.

De modo que é preciso trabalharmos e essa é fundamentalmente a consideração que quero fazer nesse debate: trabalharmos firmemente no sentido de construirmos em novas bases, de modo compatível com o modelo, com a política econômica que está aí, com a globalização, com a abertura, com a desregulamentação, as condições sólidas para que se possa assegurar o mínimo de equilíbrio interno no País, para permitir que o Brasil possa ingressar íntegro e se manter íntegro na globalização.

De outro lado, é preciso desmontar uma série de dispositivos legais, uma série de políticas que estão aí, que coonestam e institucionalizam o desequilíbrio. Então, cito apenas um exemplo - citei vários em um trabalho recente, que inclusive está sendo distribuído -, que todos nós sabemos, que é a necessidade de difundirmos aqui o conhecimento, para criar condições de competitividade no Nordeste. Estamos na era do conhecimento, da ciência e tecnologia, do capital humano e da melhoria das condições de vida.

Ora, basta pegar a resolução do conselho do FGTS que estabelece os critérios de distribuição dos recursos de financiamento para o saneamento básico: 41% vão para o Sudeste, uma região que já tem mais de 93% de sua população com abastecimento de água e mais de 70% com esgoto sanitário. Enquanto isso o Nordeste, que só tem 13% de esgotamento sanitário, só pode captar no máximo 20 e poucos por cento desses recursos. A continuarmos com esse arcabouço, efetivamente nós vamos cada vez mais criar um fosso significativo, expressivo e intransponível entre o Sudeste e o Nordeste, que pelo seu contingente demográfico, pelo seu PIB, constitui um mercado nada desprezível. Em termos de população, somos maior do que o somatório dos quatro outros países, aí já incluído o Chile, que integram conosco o MERCOSUL. Em termos de PIB, perdemos apenas para a Argentina mas superamos o conjunto dos demais. Essa perspectiva de longo prazo nós precisamos ter em vista, quando discutirmos os problemas conjunturais ou a adaptação da política regional ao quadro de estabilização econômica. Obrigado.

Antônio Maria

Obrigado, senador. Professor Fernando Holanda Barbosa.

Fernando Holanda Barbosa

Em primeiro lugar, vou talvez fazer um resumo sintético do que disse o Luís Paulo Rosenberg, com sua explanação sempre jocosa e brilhante: a situação de curto prazo está excelente; não há problema na balança comercial; o câmbio, se não está no lugar, não está também criando nenhum empecilho; a taxa de desemprego está diminuindo; a taxa de inflação está controlada; o Plano Real já acabou; vamos tratar da política macroeconômica, porque essa é que é importante.

Eu discordo fundamentalmente desta posição. Acho que certamente estaria mais de acordo com o ex-ministro Ciro Gomes - a quem talvez pudéssemos, brincando, chamar de Jatene do Plano Real, na operação magistral de extirpação do Ricúpero.

E quais são as razões que me levam a esta posição diferente da euforia do Luís Paulo? Acho que a situação de curto prazo é excelente, ou seja, a inflação está sob controle, a situação cambial não tem problema, a taxa de desemprego certamente vai diminuir, a pior situação já passou, a recessão que se

iniciou no primeiro semestre do ano passado e teve caminho no segundo já está começando a mudar de rumo e certamente essas questões aí foram resolvidas.

Agora, quando nós pensamos em plano de estabilização - e aí tem algo a ver com o que o senador Ornellas estava falando -, nós temos que separar muito bem duas questões que os brasileiros precisam entender.

A primeira delas é a disciplina fiscal, que é a maneira de nos livrarmos da inflação; não significa desenvolvimento econômico; significa apenas que o Estado tem que gastar de acordo com o que arrecada e de acordo com um endividamento saudável. É preciso construir instituições que façam com que o Estado brasileiro - o Município, o Estado e a União - tenha disciplina fiscal.

Acontece que a sociedade brasileira - não é de hoje, vem há mais de 100 anos - não quer ter disciplina fiscal. Nós construímos instituições que fornecem ao Executivo o poder de alterar os orçamentos do governo federal, do município, e do estado, sem que isso tenha que passar necessariamente pelo Legislativo. O ministro Ciro Gomes certamente deve ter tido essa experiência. Ele devia gastar grande parte da sua agenda do Ministério da Fazenda, recebendo pessoas para solicitar a liberação de verbas. Por que é que os ministros da Fazenda nunca reagiram contra esse estado de coisas e quiseram se liberar dessa função? Porque perdem poder, e o poder é essencial nessa questão.

O Plano Real não resolveu esse problema; o Estado brasileiro aumentou a arrecadação em 30% e aumentou a despesa de tal maneira que o déficit aumentou em 7,5%. Não são com as reformas que estão aí que nós vamos resolver essa questão. Ela precisa ser construída a partir de mecanismos que coloquem uma restrição orçamentária para o governo. Quer dizer, o Plano Real não fez isso e não há interesse, penso, da sociedade brasileira e da classe política, de estabelecer essas limitações aos nossos governantes.

De maneira que essa é uma questão aberta. Tudo que nós tivemos no passado pode, de repente, voltar. No curto prazo nós imaginamos que tal coisa não vá acontecer, porque o presidente Fernando Henrique Cardoso foi eleito para debelar a inflação e talvez, com o perfil psicológico que bem analisou o Luís Paulo Rosenberg, não vá permitir que isso ocorra, mas depende muito mais desse perfil do que das nossas instituições.

Além disso, vários problemas foram criados. O câmbio está em equilíbrio de longo prazo; se a economia voltar a crescer, o câmbio vai dar esses resul-

tados que o Luís Paulo falou aqui? Eu acredito que não. Não é de 0% como acreditam alguns, talvez não seja de 40% como o Rudiger Dornbusch andou alardeando aí, mas certamente o câmbio real está em desequilíbrio e ele é uma variável chave, um preço chave, no momento em que se está abrindo a economia. Não se pode deixar esse preço, se não o que vai acontecer é o custo de a sociedade perder indústrias que levaram anos para serem construídas. Por isso, este é um preço fundamental, está em desequilíbrio e pode ser sustentado.

A outra questão - daí acreditar que é um dos erros da estratégia do Plano Real se basear em taxas de juro real elevadas, como falou o ministro - é que a taxa de juro real elevada já vem de muito tempo, e o Real apenas aprofundou a questão da apreciação cambial, que já vinha ocorrendo desde que o ministro Marcellio resolveu subir a taxa de juros e inundar o país com dólares. Assim, toda vez que a taxa de juros é elevada para entrar capitais, isto acarreta uma apreciação cambial. A apreciação cambial já estava construída antes e apenas foi exacerbada com o Plano Real. Então, creio que é uma questão que demanda correção porque, se não, nós vamos ter dificuldades em voltar a crescer porque vamos ter limitação do lado externo.

Qual é o outro problema fundamental que foi errado no Real e na sua condução? Foi a remonetização da economia brasileira, que usou instrumentos que criaram uma discrepância entre a taxa de juros paga aos aplicadores e a taxa de juros cobrada pelos bancos, tornando todo o sistema bancário brasileiro agiota. Mas quem é o responsável por você pagar 5% de capital de giro ao mês e pagar 2% na outra ponta? 5% ao mês, os senhores podem calcular: 1,05 elevado a doze vai dar uns 80% ao ano, menos a inflação de 15%, dá uma taxa de juro real de 65%, 50%. Qual a atividade econômica que pode pagar 50% ao ano? E quem causou essa discrepância entre essas duas taxas? Os compulsórios e toda a parafernália fiscal que existe aí. Na verdade o compulsório deveria ter sido diminuído, mas foi aumentado para 100%.

De maneira que todo esse instrumental levou inclusive a aguçar uma crise do sistema bancário: os bancos já não se agüentavam porque havia sido tirado o imposto inflacionário e em cima disto colocada uma cunha fiscal que impeliu os bancos a cobrar taxa de juros de agiota, levando o pessoal a não pagar. Quem é o responsável por isso? Essa é outra grande consequência da questão do Plano Real, quer dizer, todo o manejo da política monetária, sobretudo no momento em que as taxas de juros foram elevadas. Elas não poderiam ser elevadas para um nível muito mais alto, porque o governo iria dar um tiro nos seus próprios pés. Com isso ele introduziu restrições ao crédito que au-

mentaram ainda mais a discrepância entre as duas taxas de juros. É preciso corrigir isso.

Do lado fiscal nós vamos certamente para uma solução difícil, uma situação complicada, que é o que se chama em macroeconomia de Jogo de Ponzi. No Brasil ele tem sido jogado pelos bancos estaduais, como, por exemplo, o Banespa, que está quebrado. Qual é o jogo? Consiste, simplesmente, em rolar o principal e os juros e não pagar nunca. Aí estão o Banespa e outros bancos estaduais. Quer dizer, a dívida interna pública, a dívida mobiliária, é realmente um problema e a falta de ajuste fiscal significa que você está postergando o que deve ser feito hoje com um custo social incrível. Se nós, economistas que somos às vezes chamados de monetaristas, fizéssemos esse tipo de coisa, certamente seríamos execrados, não estaríamos nem aqui, seríamos recebidos com ovos ou coisas desse tipo.

Mas penso certamente que nenhum economista monetarista teria coragem de produzir este custo social, porque estaria transformando o futuro em alguma coisa extremamente difícil do ponto de vista fiscal. Para dar exemplos aos senhores, com o que está sendo feito poderíamos ter eliminado todas as favelas do Rio, de São Paulo, poderíamos talvez ter colocado recursos aqui no Nordeste.

O problema que se mencionou aqui, da transformação do Nordeste, creio que está muito mais na resolução das questões políticas e de disciplina fiscal. Enquanto não se resolverem essas questões, que são as questões básicas da economia brasileira, não se colocar rédea no Estado para que ele tenha disciplina fiscal, e conseqüentemente fazer com que ele gaste pouco em gastos correntes para aumentar a poupança e dar oportunidade às camadas pobres da população, certamente nós não vamos a lugar nenhum. Muito obrigado.

Antônio Maria

Voltamos a palavra ao professor Luís Paulo Rosenberg.

Luís Paulo Rosenberg

Vou ser bastante breve, para que possamos incluir o auditório nesse painel, dizendo que as nossas diferenças são realmente bastante estreitas. Creio que nós todos temos uma concordância muito grande de diagnóstico, mas a questão é de prognóstico. Eu diria que os meus dois vizinhos se concentraram

naquilo que eu chamei de os sete pecados capitais. Realmente nós três temos um consenso sobre avaliação de política monetária, não tanto cambial mas fiscal. O desastre é unânime, na conclusão. O protecionismo praticado mais recentemente por esse governo é um negócio inacreditável. O governo diz que a China está abusando de *dumping* em preços de brinquedo e bota uma alíquota de importação de 70%. Por que não vai atrás do chinês ?! O que é que o resto do mundo tem a ver com isso?!

É simplesmente medida de proteção a um setor, e isto viabiliza propostas até criativas como a do senador que diz : "se há privilégio para a indústria de brinquedos, por que não vai haver para uma de celulose na Bahia?" E tem toda razão. Sabe, eu ainda teria um mínimo de respeito por uma pessoa que fizesse uma medida dessas, para trazer indústria para o Brasil. Não teria consideração profissional, mas eu diria: é uma pessoa bem intencionada. Acontece que a medida, do jeito que está, não traz ninguém; vocês vão ver, ela não vai trazer uma empresa sequer. A medida é um retorno de décadas de política econômica errada.

Continuando, a ausência de um ataque frontal ao custo Brasil etc, nós todos partilhamos. Onde está a divergência? Está em para onde nós vamos. Em essência é isso. O que me dá um toque de otimismo refere-se ao ponto que o Fernando levantou, que é muito importante: temos um presidente eleito para acabar com a inflação. Notem, nós conseguimos dois milagres na última eleição presidencial. Primeiro, votar em idéias: foi a primeira vez que não foi o carisma, não foi o slogan, foi um programa que elegeu o presidente. E segundo, que a bandeira que venceu foi a de estabilidade. Isso é crucial. Nesse aspecto, o fato de eu ter um presidente que é inteligente, é lúcido, tem sensibilidade política e que - eu não sei, posso estar me precipitando, fazendo juízo de valor, mas tenho a impressão - quer se reeleger, me faz suspeitar que ele vai perceber que esses desvios que estamos mencionando aqui podem comprometer o plano.

Creio que, até certo ponto, Ciro se referiu a isso como um fator. Quer dizer, a preocupação com o quadro econômico e com os desvios. Quando se pega a origem do plano, exatamente, é a âncora cambial crucial, mas deixando taxas de juros, depois de um período, se estabilizarem com um padrão internacional, e garantir abertura. Não se pode ter âncora cambial, querer fixar juros e bloquear a abertura da economia - é um desastre monumental o que se está fazendo. Bom, o que eu diria é o seguinte: quando olhamos à margem, para onde o governo está indo, sentimos algumas coisas mais lógicas: a política cambial está melhorando, todas essas irregularidades introduzidas na polí-

tica monetária - essas cunhas entre captação e empréstimo - estão sendo reduzidas; o gasto está sendo manipulado com um pouco mais de cuidado; a queda de juros ainda é lenta e assusta o nível de dívida pública, mas, à margem, notamos a lógica do Plano Real nesses primeiros tempos e colocamos um marco divisório - acho que muito apropriado, na troca do ministro do Planejamento. O presidente do Corinthians nos ensinava que quando você ganha um clássico no futebol, ganha o dobro de pontos: os pontos que tomou do seu eventual concorrente e os pontos que você não perdeu. Quando houve a troca do ministro do Planejamento, foi isso o que aconteceu. Nós ganhamos por entrar o Antônio Kandir e por sair o Serra. Essa é uma mudança incrível: temos agora alguém que joga para o time, que não tem um projeto político colocado acima do cargo, portanto devemos ganhar organicidade. É como nós gostaríamos, é como sonhávamos, é como desenhávamos, sabe, no dia zero, no dia da posse, jogar em cima da mesa o pacote, como fez o Collor, e dizer: "é isso aqui o que eu quero do Congresso"; e teria conseguido. Mas isso que eu digo é a diferença entre mim e vocês. O único paulista aqui, que conhece a fera desde os tempos de academia, sou eu. Então, para mim, que o Brasil esteja caminhando do jeito que está sob o governo Fernando Henrique é quase admirável. Muito obrigado.

Antônio Maria

Peço desculpas a todos, mas vamos encerrar a sessão porque teremos em seguida a apresentação de Uma Nova Agenda para o Nordeste e precisamos recuperar um pouco o nosso atraso. Muito obrigado professor Luís Paulo Rosemberg, Ciro Gomes, o senador Valdeck Ornellas, professor Fernando Holanda. Muito obrigado a todos os presentes.